

Práticas ESG no Setor Elétrico Brasileiro: Uma Análise Comparativa entre Cemig e Eletrobras, com enfoque GRI

Fernando Ribeiro dos Santos

Fatec Rubens Lara, Santos, SP, Brasil

Giovanna Victória Cardoso de Souza

Fatec Rubens Lara, Santos, SP, Brasil

Resumo: O presente estudo visa compreender como a Cemig e a Eletrobras integram princípios ambientais, sociais e de governança (ESG) em seus modelos de gestão e em seus relatórios de sustentabilidade, identificando convergências, divergências e oportunidades de aprimoramento. As empresas são de grande relevância no setor elétrico brasileiro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritivo-analítica, baseada na análise documental dos Relatórios Anuais de Sustentabilidade de 2022, elaborados conforme os padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI) e alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os resultados indicam que ambas as empresas demonstram compromisso com o desenvolvimento sustentável, porém com enfoques distintos: a Cemig destaca-se pelo detalhamento de indicadores e por projetos regionais voltados à inclusão social e eficiência energética; já a Eletrobras apresenta uma abordagem integrada, estruturada em pilares estratégicos que enfatizam mitigação climática, conservação ambiental e fortalecimento da governança corporativa. Conclui-se que, embora avancem na transparência e no alinhamento a práticas ESG, persistem desafios relacionados ao monitoramento de resultados e à avaliação da efetividade das ações divulgadas.

Palavras-chave: Sustentabilidade; ESG; Cemig; Eletrobras; Relatórios Corporativos

Abstract: *This study examines how Cemig and Eletrobras integrate Environmental, Social, and Governance (ESG) principles into their management models and sustainability reporting, identifying points of convergence, divergence, and opportunities for improvement. Both companies play a strategic role in the Brazilian electric power sector due to their extensive operational scale and environmental and social influence. The research is qualitative and descriptive-analytical, based on documentary analysis of the 2022 Annual Sustainability Reports, prepared in accordance with the Global Reporting Initiative (GRI) standards and aligned with the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs). The findings indicate that both organizations demonstrate a commitment to sustainable development, although with differing emphases: Cemig stands out for its detailed indicators and regionally oriented initiatives aimed at social inclusion and energy efficiency, while Eletrobras employs a more integrated approach, structured around strategic pillars that prioritize climate change mitigation, environmental conservation, and strengthened corporate governance. Despite advances in transparency and alignment with ESG frameworks, persistent challenges remain regarding performance monitoring and the assessment of the effectiveness of the reported actions.*

Keywords: Sustainability; ESG; Cemig; Eletrobras; Sustainability Reporting; Corporate Governance.

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade tem adquirido um papel central nas estratégias organizacionais, especialmente em setores intensivos em recursos naturais, como o setor elétrico. Nesse contexto, os relatórios de sustentabilidade configuram-se como instrumentos essenciais de transparência, prestação de contas e comunicação com stakeholders, ao evidenciarem práticas, impactos e compromissos socioambientais das *empresas*. No Brasil, duas das principais corporações que atuam no setor elétrico – **Cemig** e **Eletrobras** – desempenham um papel estratégico no fornecimento de energia em escala nacional, gerando impactos econômicos, ambientais e sociais de grande relevância para o país.

O aprofundamento das discussões sobre responsabilidade corporativa, governança e desenvolvimento sustentável tem impulsionado essas organizações a estruturarem seus relatórios conforme padrões internacionais, como os da *Global Reporting Initiative* (GRI), bem como a alinharem suas ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Entretanto, ainda que ambas as empresas publiquem seus relatórios, a forma como os temas materiais são priorizados, geridos e comunicados pode variar, revelando estratégias e graus distintos de maturidade em sustentabilidade.

Diante disso, este estudo tem como **objetivo geral** compreender como a Cemig e a Eletrobras integram princípios ambientais, sociais e de governança (ESG) em seus modelos de gestão e em seus relatórios de sustentabilidade, identificando convergências, divergências e oportunidades de aprimoramento.

A relevância da pesquisa reside no fato de que o setor elétrico é determinante para a transição para uma economia de baixo carbono, sendo fundamental analisar de que modo suas empresas estruturam suas ações diante dos desafios climáticos e sociais contemporâneos.

Assim, ao comparar as estratégias de sustentabilidade das duas organizações, este artigo busca contribuir para o avanço do debate sobre práticas ESG no setor elétrico brasileiro, oferecendo elementos que podem subsidiar processos de gestão, tomada de decisão e formulação de políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento sustentável.

A escolha do tema se justifica pela importância, oportunidade e viabilidade

(Roesch, 1999). A importância se apresenta pelas questões urgentes acerca do aquecimento global e da necessidade das organizações se adequarem ao que preconiza a responsabilidade social e ambiental. A oportunidade e a viabilidade se apresentam pelo fato das duas empresas escolhidas publicarem seus relatórios de sustentabilidade.

Este estudo contribui para o campo de pesquisa sobre sustentabilidade corporativa ao evidenciar como empresas do setor elétrico estruturam e comunicam suas práticas socioambientais, tendo como referência os padrões internacionais de transparência (GRI) e a Agenda 2030. Ao comparar os relatórios de sustentabilidade da Cemig e da Eletrobras, a pesquisa revela diferenças na maturidade das abordagens de gestão, na priorização de temas materiais e na relação entre discurso e prática, fornecendo subsídios para a compreensão de como organizações públicas e privadas do setor energético constroem narrativas de responsabilidade socioambiental. Assim, o estudo amplia o debate acadêmico sobre a efetividade dos relatórios de sustentabilidade como instrumentos de *accountability* e governança, ao mesmo tempo em que contribui para o aperfeiçoamento das práticas institucionais, oferecendo referências que podem orientar processos de decisão, planejamento estratégico e políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Para compreender o que as citadas empresas divulgam em seus relatórios, é necessário apresentar, primeiro, os conceitos de Meio Ambiente e Sustentabilidade, ESG, bem como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) apresentados nas próximas seções. Antes, porém, apresenta-se a Metodologia de Pesquisa.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza descritivo-analítica, fundamentada na análise documental. O objeto de análise consiste nos Relatórios Anuais de Sustentabilidade publicados pelas empresas Cemig e Eletrobras, selecionados por serem documentos públicos, atualizados e alinhados às práticas internacionais de divulgação de informações socioambientais conforme as Normas GRI (*Global Reporting Initiative*). A escolha das duas organizações se justifica por sua relevância estratégica no setor elétrico brasileiro, seu impacto socioeconômico e sua ampla divulgação de informações de sustentabilidade, o que permite

comparabilidade entre suas práticas.

A coleta de dados ocorreu a partir do *download* dos Relatórios de Sustentabilidade de 2022, disponíveis nos *sites* institucionais das empresas. Os documentos foram examinados integralmente, com foco nas seções referentes aos temas materiais, à abordagem de gestão e aos indicadores GRI reportados. Para orientação da análise, adotou-se o Padrão GRI 103 (*Management Approach*), que estabelece as diretrizes para descrição da abordagem de gestão de temas materiais, incluindo explicação do tema (GRI 103-1), práticas e políticas adotadas (GRI 103-2) e mecanismos de monitoramento e avaliação (GRI 103-3).

A análise foi estruturada em duas etapas:

1. **Descrição** das práticas de sustentabilidade apresentadas por cada empresa, observando seus compromissos, políticas, metas e indicadores divulgados.
2. **Comparação** entre as empresas, buscando identificar convergências, divergências e grau de detalhamento dos relatórios, considerando:
 - Abrangência dos temas materiais;
 - Alinhamento aos ODS da Agenda 2030;
 - Clareza e consistência narrativa na abordagem GRI 103;
 - Quantidade e profundidade dos indicadores apresentados.

A abordagem adotada permite compreender como cada organização constrói sua narrativa de sustentabilidade, quais dimensões recebem maior destaque e quais aspectos apresentam potencial de evolução. Tal perspectiva não visa julgar a efetividade das ações, mas sim avaliar a transparência, coerência e alinhamento estratégico das práticas ESG (*Environmental, Social and Governance*) comunicadas nos relatórios.

Assim, a metodologia baseada na análise documental orientada pelos padrões GRI possibilita uma compreensão aprofundada da forma como Cemig e Eletrobras articulam suas estratégias e divulgam seus compromissos com o desenvolvimento sustentável.

LIMITAÇÕES

Este estudo apresenta limitações decorrentes do uso exclusivo de análise

documental dos Relatórios de Sustentabilidade de 2022 da Cemig e da Eletrobras. Assim, os resultados dependem diretamente do nível de transparência, detalhamento e consistência das informações disponibilizadas pelas próprias empresas, sem possibilidade de verificação externa ou triangulação com outras fontes.

Adicionalmente, a comparação baseia-se em documentos de um único ciclo de reporte, o que restringe a análise de evolução temporal das práticas ESG. Por fim, diferenças na aplicação e interpretação das diretrizes GRI entre as organizações podem afetar a comparabilidade direta dos dados apresentados.

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Meio ambiente é um conceito bastante amplo (Silva, 2009), mas podemos resumi-lo conforme a Lei 6.938 de 1981, em seu Art. 3º, parágrafo I: “meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Brasil, 1981).

Para a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Brundtland *Commission*) (WCED, 1987) a sustentabilidade ambiental é a capacidade de manter as funções e processos essenciais dos ecossistemas naturais ao longo do tempo, garantindo que as necessidades das gerações presentes sejam atendidas sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades.

A sustentabilidade tem ganhado cada vez mais relevância no mercado e impulsiona o crescimento das companhias. Manter o equilíbrio entre as dimensões social, ambiental, de governança e econômica é desafiador e demanda diretrizes claras e alinhadas à estratégia do negócio.

A sustentabilidade ambiental exige uma abordagem holística e integrada que leve em consideração não apenas os aspectos ambientais, mas também os econômicos, sociais, culturais e políticos. É necessário um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades e a proteção do meio ambiente para as gerações futuras (WCED, 1992).

A sustentabilidade ambiental não se trata apenas de preservar a natureza intocada, mas também de reconhecer a interdependência entre as atividades humanas e os sistemas naturais, buscando formas de desenvolvimento que minimizem os impactos negativos sobre o meio ambiente e promovam a equidade

social e econômica (Sachs, 1993).

Por conta disso as organizações apresentam seus impactos negativos ou positivos sobre o meio ambiente por meio de relatórios de sustentabilidade ambiental e/ou social.

Para Adams e Frost (2008) os relatórios de sustentabilidade desempenham um papel crucial na comunicação das práticas e desempenhos socioambientais das organizações, fornecendo transparência e prestação de contas a diversos *stakeholders*. Lozano (2018) concorda ao afirmar que os relatórios de sustentabilidade são uma ferramenta essencial para as empresas comunicarem suas estratégias, objetivos e desempenho em relação às questões ambientais, sociais e de governança, demonstrando seu compromisso com a responsabilidade corporativa.

Schaltegger e Burrit (2017) vão além ao afirmar que a elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade não apenas aumenta a transparência e a prestação de contas das organizações, mas também contribui para a melhoria contínua de suas práticas de sustentabilidade, ao mesmo tempo em que promove a confiança e a credibilidade junto aos *stakeholders*.

ESG – ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE

ESG é a sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança (*Environmental, Social and Governance*), um conjunto de critérios usados para avaliar o desempenho e o impacto de uma empresa em áreas não financeiras. Ele engloba as práticas de uma empresa em relação ao meio ambiente (E), sua gestão social (S) e sua estrutura de governança corporativa (G). Empresas adotam a pauta ESG para melhorar sua sustentabilidade, atrair investimentos e responder às demandas de consumidores, investidores e sociedade por mais responsabilidade.

Em 1994, Elkington cunhou o termo “*Triple Bottom Line*” (Tripé da Sustentabilidade), que propõe que as empresas devem equilibrar três pilares: pessoas (social), planeta (ambiental) e lucro (econômico). O conceito de Elkington foi a base para o desenvolvimento da sigla ESG, termo cunhado em 2004, em uma publicação do Pacto Global da ONU em parceria com o Banco Mundial, chamada “*Who Cares Wins*” (*The Global Compact*; ONU, 2004). O termo ESG pode ser assim detalhado:

- **Environmental (Ambiental):** Refere-se a como uma empresa lida com o meio

ambiente, incluindo o uso de recursos naturais, gestão de resíduos e emissões de gases de efeito estufa.

- **Social (Social):** Abrange as relações da empresa com as pessoas, como políticas trabalhistas, direitos humanos, diversidade, satisfação dos clientes e envolvimento com a comunidade.
- **Governance (Governança):** Trata da estrutura de gestão da empresa, incluindo a ética nos negócios, a transparência, a remuneração dos executivos e a composição do conselho de administração, dentre outros aspectos.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

“Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (ONU, 2025).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) surgiram da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, substituindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Eles são o resultado de um longo processo de consulta global envolvendo governos, sociedade civil, academia e setor privado. A Agenda 2030 foi criada para orientar as ações mundiais até aquele ano, com 17 objetivos (Figura 1) e 169 metas (detalhamento dos objetivos) para um futuro mais sustentável.

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: ONU (2025)

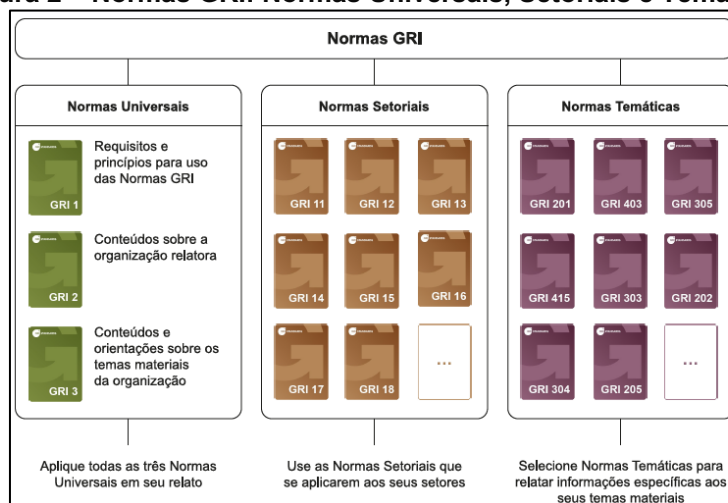
GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI)

O Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização internacional, independente e sem fins lucrativos que desenvolve e mantém padrões para relatórios de sustentabilidade. Sua missão é fornecer uma linguagem comum para que empresas, governos e outras organizações comuniquem seus impactos econômicos, ambientais e sociais (ESG) de forma transparente e comparável (GRI, 2025).

O GRI foi fundado em Boston (EUA) em 1997, após a indignação pública com os danos ambientais causados pelo vazamento de óleo do Exxon Valdez, oito anos antes. Nossas raízes estão nas organizações sem fins lucrativos CERES e Tellus *Institute*, com o envolvimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. O objetivo era criar o primeiro mecanismo de responsabilização para garantir que as empresas aderissem aos princípios de conduta ambiental responsável, que foram posteriormente ampliados para incluir questões sociais, econômicas e de governança (GRI, 2025 *online*).

O *Global Reporting Initiative* surgiu para criar um mecanismo de *accountability*, termo amplo que significa responsabilização ou demonstrar responsabilidade para com seus colaboradores, que garantisse com que as empresas seguissem uma conduta ambiental responsável (GRI, 2025). A organização tem como objetivo principal desenvolver e disseminar diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade, inclusive segregando as diretrizes para setores específicos.

A Figura 2 apresenta a arquitetura dos GRI Standards, evidenciando sua organização em três componentes estruturantes: Normas Universais, Normas Setoriais e Normas Temáticas. Essa disposição ilustra o caráter sistemático e modular do *framework*, que orienta as organizações na elaboração de relatos de sustentabilidade baseados em princípios de consistência, comparabilidade e transparência. As Normas Universais estabelecem os requisitos fundamentais aplicáveis a qualquer organização que adote o GRI; as Normas Setoriais oferecem diretrizes específicas para setores cujas atividades possuem impactos socioambientais característicos; e as Normas Temáticas detalham divulgações relacionadas a aspectos econômicos, ambientais e sociais considerados materiais. Compreender essa estrutura é essencial para analisar a forma como Cemig e Eletrobras estruturam suas narrativas de sustentabilidade, uma vez que ela orienta a seleção de indicadores, a abordagem de gestão e a profundidade das informações reportadas.

Figura 2 – Normas GRI: Normas Universais, Setoriais e Temáticas


Fonte: GRI Fundamentos (2021, p. 6)

Os indicadores do GRI constituem o núcleo operacional dos GRI Standards e têm a função de orientar as organizações na mensuração e divulgação de informações relacionadas aos seus impactos econômicos, ambientais e sociais. Esses indicadores estão organizados em três grandes categorias: **Econômica** (GRI 200), **Ambiental** (GRI 300) e **Social** (GRI 400). Cada categoria contém indicadores específicos que orientam a coleta de dados de forma padronizada, permitindo comparabilidade entre organizações e ao longo do tempo. Assim, os indicadores do GRI permitem que as empresas evidenciem de maneira transparente seus desempenhos e estratégias de sustentabilidade, contribuindo para processos de prestação de contas, governança e tomada de decisão responsável.

Quadro 1 – Conjunto GRI Standards

Categoria	Conjunto (GRI Standards)	Principais Temas Avaliados
Econômica	GRI 200	Presença econômica, anticorrupção, impactos financeiros indiretos
Ambiental	GRI 300	Água e energia, emissões, resíduos, biodiversidade, efluentes
Social	GRI 400	Condições de trabalho, saúde e segurança, direitos humanos, diversidade, comunidades e consumidores

Fonte: GRI (2025)

Os indicadores do GRI funcionam como guias de mensuração padronizada, permitindo que diferentes organizações relatem seus desempenhos socioambientais de forma comparável e verificável.

Os indicadores do GRI permitem que as empresas evidenciem de maneira

transparente seus desempenhos e estratégias de sustentabilidade, contribuindo para processos de prestação de contas, governança e tomada de decisão responsável.

Se a organização não puder cumprir com um conteúdo ou um requisito em um conteúdo para o qual são permitidos motivos para omissão (ex.: porque a informação necessária é confidencial ou sujeita a proibições legais), então é necessário que a organização especifique o conteúdo ou o requisito que não pode cumprir e apresente um motivo para omissão com uma explicação no sumário de conteúdo da GRI. Consulte o Requisito 6 desta Norma para mais informações sobre motivos para omissão.

Se a organização não puder relatar as informações necessárias sobre um item especificado em um conteúdo porque o item (ex.: comitê, política, prática ou processo) não existe, ela poderá cumprir o requisito relatando que este é o caso. A organização poderá explicar os motivos de não possuir esse item ou descrever possíveis planos para criá-lo. O conteúdo não exige que a organização implemente o item (ex.: criar uma política), mas é necessário que ela relate que o item não existe (GRI Fundamentos, 2021, p. 6).

Como se pode observar, a compreensão sobre os requisitos estabelecidos pelos GRI *Standards* esclarece como as organizações devem proceder quando não dispõem de informações completas para determinados conteúdos. O trecho citado enfatiza que a ausência de dados não elimina a responsabilidade de prestação de contas: cabe à organização explicitar o item não atendido, justificar a omissão e, quando pertinente, indicar os motivos ou planos para sua futura implementação. Essa orientação reforça o caráter normativo e a função de *accountability* do GRI, assegurando transparência mínima e permitindo avaliar o grau de maturidade das práticas de gestão e divulgação adotadas. Essa diretriz é particularmente relevante pois evidencia como cada empresa lida com lacunas, limitações e exigências dos padrões internacionais de sustentabilidade.

Pode-se observar (Figuras 3 e 4) como cada empresa elabora seu relatório de forma diferenciada.

CEMIG E SUAS PRÁTICAS ESG

O Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa do setor elétrico foi elaborado em conformidade com as Normas GRI.

Ao longo de seus mais de 70 anos de existência, a Cemig contribuiu para a expansão da geração de energia renovável no Brasil. Em 2022, a Empresa realizou os maiores investimentos da história em distribuição no estado de Minas Gerais. O objetivo foi fornecer energia de qualidade para todas as regiões e clientes, promovendo impactos diretos no desenvolvimento da zona rural. Além disso, a Cemig

buscou viabilizar e promover o acesso à energia para as populações mais vulneráveis e setores essenciais, por exemplo o da saúde (CEMIG, 2023).

A Cemig vem progressivamente ampliando seu envolvimento em projetos, iniciativas e organizações culturais de MG. A empresa vem trabalhando não só para reduzir seus impactos negativos, como também para gerar impactos positivos e relevantes sobre a sociedade e o meio ambiente (CEMIG, 2023).

A Cemig apresenta em seu relatório, sua nova materialidade para temas socioambientais. O novo processo de avaliação de materialidade foi elaborado a partir de uma metodologia fundamentada nas diretrizes da norma AA1000 e da Norma *Universal Global Reporting Initiative* (GRI) 3: Temas Materiais, atualizada pela GRI em 2021.

Sua lista de temas é dividida em tópicos, com isso a empresa apresenta os objetivos de desenvolvimento sustentável que a impactam, juntamente com outras descrições. O relatório é estruturado em: Mudanças do clima; Energia renovável; Ética e Integridade; Impacto e proteção ambiental; Transparência; Desenvolvimento social sustentável; Satisfação do Cliente; Recursos hídricos; Diversidade e equidade; Saúde e segurança das pessoas.

Conforme pode ser visto na Figura 3, de forma simplificada, em um dos seus temas “Desenvolvimento social sustentável” a empresa deixa os códigos GRI como eles são divididos. Desempenho econômico: GRI 201-2; Impactos econômicos indiretos: GRI 203-1, 203-2; Comunidades locais: GRI 413-1; 413-2; Direitos dos povos indígenas: GRI 411-1; Impacto social de fornecedores: GRI 407-1; 408-1; 414-1 e; 412-2.

Figura 3 – Relatório GRI CEMIG, parte.

Tema	Descrição do tema	GRI	Limite do Tópico		Priorização	ODS
			Interno	Externo		
Mudanças do clima	Contribuição para o esforço global de mitigação de emissões e adaptação à mudança do clima, por meio da gestão de emissão de gases de efeito estufa (GEE) de toda companhia e do compromisso de redução de emissões; do investimento em energia de matriz limpa e não poluidora; do combate às perdas em transmissão e distribuição; da diligência do tema na sua cadeia de valor; e do investimento em previsibilidade e ajustes às alterações no clima.	Energia: GRI 302-1, 302-2, 303-4, 303-4, 302-5 Emissões: GRI 305-1 e 305-7 Setores: EU1, EU2, EU5, EU12	Unidades de negócio	Acionistas e investidores Autoridades governamentais	12	
Energia renovável	Priorização e investimento em energias de matriz renovável e limpa, desinvestimento e descontinuação de projetos de energia de matriz não renovável e poluidora, contribuindo para a transição para uma economia de baixo carbono e adequando-se às tendências regulamentares.	Energia: GRI 302-1, 302-2, 303-4, 303-4, 302-5 Setor: EU8, EU10, EU11, EU30	Unidades de negócio	Autoridades governamentais, Clientes, Fornecedores	12	

Fonte: Cemig (2023).

O planejamento estratégico da Cemig foi atualizado em dezembro de 2022, e, atualmente, abrange os períodos de 2023 a 2027 e de 2023 a 2032. O plano visa

acelerar a transformação a partir de cinco pilares principais:

1. **Encantar o cliente** - Transformar a experiência do cliente para tornar-se a melhor empresa em satisfação do cliente
2. **100% digital** - Digitalizar e transformar os processos e as interações com clientes
3. **Máxima eficiência** - Aumentar o resultado dos negócios atuais, com impacto EBITDA e redução de riscos
4. **Criação de valor** - Investir para modernizar negócios principais, expandir atuação e desenvolver negócios para o futuro criando valor superior
5. **Gestão ágil com segurança** - Implementar gestão com lógica privada, moderna, sustentável e cultura de resultados

Por fim, seguindo a temática de desenvolvimento sustentável, a corporação elaborou um Plano de Sustentabilidade que visa: alinhar os esforços de sustentabilidade ao Planejamento Estratégico; criar valor para as partes interessadas; identificar riscos e oportunidades, integrando princípios e práticas sustentáveis à cultura organizacional; identificar os principais *gaps* e pontos de melhoria nas dimensões Socioambiental e de Governança; manter a Companhia alinhada às melhores práticas, reforçando a liderança em Sustentabilidade; melhorar a comunicação da estratégia de Sustentabilidade com as partes interessadas e agregar valor à marca e à reputação da Cemig.

ELETROBRAS E SUAS PRÁTICAS ESG

A Eletrobras empresa tem os pilares ESG como pontos de partida e de sustentação de projetos e iniciativas transversais, em todas as áreas da companhia

Da mesma forma que a Cemig, a Eletrobras inicia mostrando os temas que norteiam o conteúdo do relatório de 2022, que foram definidos no ano anterior, com objetivo de garantir que as questões mais importantes para o negócio estivessem contempladas. Para isso, todos os temas materiais que constavam da lista criada em 2021 foram reavaliados considerando o seu impacto socioambiental, de acordo com os principais padrões do mercado.

O relato está estruturado com base em quatro pilares integrados: Governança,

Prosperidade (Figura 4), Pessoas e Planeta. Mostrando quais ODS ela impacta, na parte de prosperidade, impacta os ODS 7, 8 e 9; passando para as pessoas, em que aborda uma grande quantidade de objetivos de desenvolvimento sustentável, como: 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 16; em sua terceira divisão, falando sobre Planeta, aponta os ODS de número 3, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14 e 15; por fim, com a divisão de governança ela impacta os objetivos 12 e 16 (Eletrobras, 2023).

Figura 4 – Relatório GRI Eletrobras, parte

	Temas materiais GRI 3-1, 3-2	Por que o tema é material	Onde ocorre	ODS*	Capital	Conexão com outros frameworks	Stakeholders**
Prosperidade	Inovação e tecnologia	Ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação relacionadas à energia elétrica e à promoção do desenvolvimento sustentável; Uso de novas tecnologias para transformar os processos de negócio, garantindo segurança, integridade, confiabilidade e proteção de informações digitais; Ações para tornar mais eficientes a cadeia produtiva e o consumo de energia, gerando impactos ambientais positivos.	Interna e externamente	  		TCU S&P Global - Dow Jones Sustainability Index (DJSI) SASB Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE) Pacto Global	• Força de trabalho • Lideranças • Clientes • Fornecedores • Governo • Investidores • Sociedade • Formadores de opinião

Fonte: Eletrobras (2023)

A Eletrobras mostrou seus destaques, ainda divididos em: prosperidade, planeta, pessoas e governança. Destacam-se como pontos importantes do quadro: redução de 32% das emissões de GEE (Gases de efeito estufa); Adesão à plataforma Ação pela Natureza, do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); Selo ouro para o inventário de Emissões de gases de efeito estufa da Eletrobras pelo programa brasileiro do GHG *protocol* (pacote de padrões, orientações e ferramentas para que empresas e governos gerenciem emissões responsáveis pelo aquecimento global) (PBGHG *Protocol*, 2025); a inclusão de 51 novas espécies ameaçadas de extinção em seus projetos de conservação e dentre outros destaques, conforme pode ser observado na Figura 5.

Figura 5 – Quadro resumo com os destaques do ano



Fonte: Eletrobras (2023)

O Sistema de Gestão de Sustentabilidade da Eletrobras é baseado em cinco eixos:

1. **Política de Sustentabilidade:** estabelece diretrizes que norteiam as ações quanto à promoção da sustentabilidade empresarial, assegurando a perenidade dos negócios e para o desenvolvimento sustentável.
2. **Comissão Executiva de Gestão da Sustentabilidade:** É a instância responsável por difundir as ações desse tema e liderar outros três pilares do Sistema: Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial, o Modelo de Criação de Valor e o Relato Integrado.
3. **Sistema IGS:** O Sistema IGS é uma ferramenta estratégica para gestão de indicadores de sustentabilidade desenvolvida pela Eletrobras que possui variáveis envolvendo temas ambientais, sociais, de governança corporativa e referentes ao desempenho empresarial da companhia.
4. **Modelo de Criação de Valor:** Desenvolvendo iniciativas sob a ótica ESG, o Modelo de Criação de Valor mostra como a sustentabilidade faz parte dos projetos, permitindo a criação das melhores práticas.
5. **Relato Integrado:** Adotam a abordagem do Relato Integrado para seus

relatórios anuais desde 2018, como complemento à metodologia GRI, apresentando informações dos capitais financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento, e natural.

Discute-se a respeito de um planejamento estratégico abrangente, que visa identificar tendências, riscos e incertezas inerentes aos empreendimentos da Eletrobras. Os estudos que fundamentam as projeções e guiam as decisões levam em consideração as expectativas presentes, bem como aquelas relacionadas a eventos futuros, adentrando-se em tendências que delineiam um horizonte temporal estendido de 15 anos.

Abordam uma temática chamada 3Ds (descentralização, digitalização e descarbonização), a qual mostra que a organização investe em prol da eficiência da operação, com uma baixa emissão de gases.

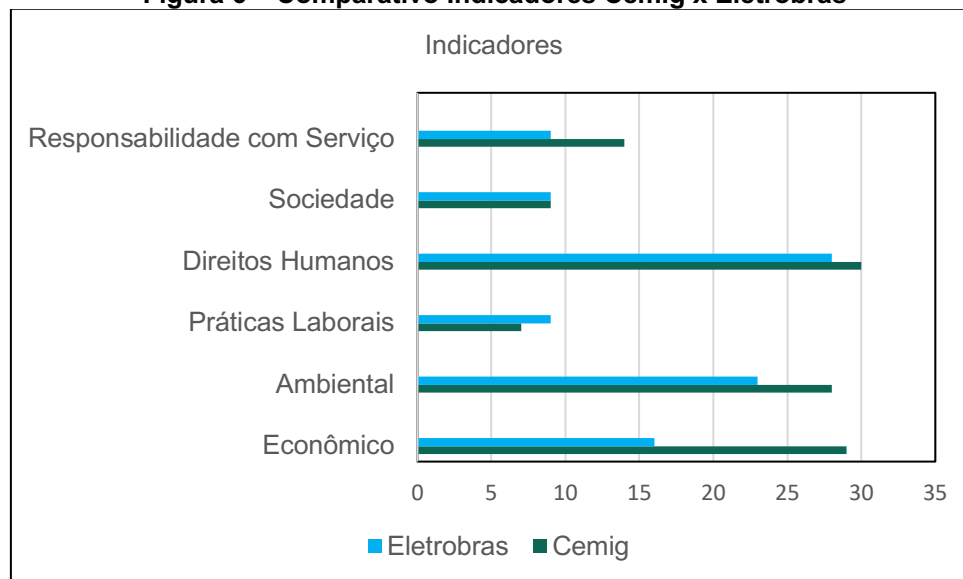
Sabe-se que o mundo está enfrentando uma onda de mudanças climáticas, com isso, a Eletrobras trata o compromisso de minimizar os impactos negativos, trazendo uma transição para um novo modelo de desenvolvimento baseado em baixo carbono (Eletrobras, 2023).

A Eletrobras participa de diversos fóruns externos sobre mudanças climáticas, contribuindo com o debate público e proporcionando iniciativas de transição para uma economia de baixa emissão de GEE (Eletrobras, 2023).

Exemplificando suas iniciativas, tem-se: Análise de riscos climáticos, com previsão de construção de planos específicos; Estudo de pegada de carbono em plantas de diferentes tipologias; Estudos para analisar potenciais impactos da adoção, no Brasil, de políticas de precificação do carbono; Registro de usinas de geração renovável entre outras iniciativas que contribuem para a estratégia (Eletrobras, 2023).

COMPARATIVO CEMIG X ELETROBRÁS

Conforme se pode observar na Figura 6, a Cemig traz mais indicadores, ou seja, entende-se que seu relatório é um pouco mais detalhado que a empresa Eletrobras em alguns assuntos. Pode-se notar, que no assunto de práticas laborais, ou seja, treinamentos, a Eletrobras se destaca saindo um pouco a frente. Ambas se igualam no quesito sociedade.

Figura 6 – Comparativo Indicadores Cemig x Eletrobras


Fonte: elaboração própria

Descrevendo os indicadores, o indicador “econômico” abrange toda a informação demonstrada graficamente ou tabelada que envolve qualquer movimentação financeira. Seguindo o mesmo critério, o indicador “ambiental” se refere ao desenvolvimento sustentável. “Práticas laborais” se referem a questões de relações trabalhistas e aos treinamentos com *stakeholders*. “Direitos Humanos” envolvem toda a estrutura organizacional da corporação. Em “sociedade”, qualquer melhoria que envolva a sociedade e habitação. Por fim, o indicador de “responsabilidade com serviço” se refere a tudo que a empresa registou para melhoria ou fornecimento do serviço prestado.

Curioso que, se compararmos a quantidade de páginas dedicadas em cada relatório das empresas, nota-se que, quantidade não necessariamente significa qualidade (da informação, no caso), conforme se pode observar no Quadro 2, no qual se nota que a Eletrobras apresenta um relatório mais detalhado que a Cemig.

Quadro 2 – Comparativo Cemig x Eletrobras

Indicadores de desempenho	Quantidade de páginas	
	Eletrobras	Cemig
(EC) Desempenho Econômico	19	12
(EN) Desempenho Ambiental	30	33
(LA) Práticas Laborais e Trabalho Condigno	9	7
(HR) Direitos Humanos	43	28

(SO) Sociedade	11	5
(PR) Responsabilidade pelo Produto	40	25
Total	152	110

Fonte: elaboração própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa dos relatórios de sustentabilidade da Cemig e da Eletrobras evidencia que ambas as empresas reconhecem a centralidade da sustentabilidade em suas estratégias corporativas, incorporando princípios ESG e alinhando-se às diretrizes internacionais da GRI e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Contudo, verificou-se que as organizações adotam enfoques distintos em suas narrativas e processos de gestão.

A Cemig apresenta maior detalhamento na estruturação de indicadores e na vinculação de projetos socioambientais ao contexto regional, destacando iniciativas voltadas à inclusão social, eficiência energética e digitalização. Já a Eletrobras adota uma abordagem mais integrada e sistêmica, estruturada em pilares estratégicos que evidenciam compromissos com descarbonização, conservação ambiental e fortalecimento da governança corporativa, resultando em uma comunicação mais abrangente de seus impactos.

Embora ambas avancem na consolidação de práticas sustentáveis, a análise demonstra que ainda existem oportunidades de aprimoramento, particularmente no que diz respeito à avaliação da efetividade das ações divulgadas, ao monitoramento de longo prazo e à integração entre metas socioambientais e desempenho econômico.

Conclui-se, portanto, que os relatórios de sustentabilidade constituem importantes instrumentos de *accountability* e diálogo com a sociedade, mas sua capacidade de promover mudança organizacional efetiva depende de processos contínuos de governança, verificação independente e transparência ativa. Estudos futuros podem aprofundar a relação entre os resultados reportados e indicadores objetivos de desempenho, ampliando a compreensão sobre o impacto real das práticas ESG no setor elétrico brasileiro.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C. A.; FROST, G. R. *Integrating sustainability reporting into management practices. Accounting Forum*, v. 32, n. 4, p. 288-302, 2008.

BRASIL. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 25 de out. 2025.

CEMIG. **Relatório anual**. Disponível em: <https://www.cemig.com.br/wp-content/uploads/2023/06/ras-2022.pdf>. Acesso em: 25 out 2025.

CEMIG: **Quem somos**. Disponível em: <https://www.cemig.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 25 out 2025.

ELETROBRAS. **Relatório anual**. Disponível em: https://eletrobras.com/pt/Documents/Eletobras_RA_2022.pdf. Acesso em: 25 out 2025.

ELETROBRAS: **Sobre a Eletrobras**. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Sobre-a-Eletobras.aspx>. Acesso em: 25 out 2025.

ELKINGTON, J. *Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development*. **California Management Review**, v. 36, n. 2, p. 90-100, 1994.

GRI. *Global Reporting Initiative*. **GRI Standards: Consolidated Set**. Amsterdam: GRI, 2021. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/>. Acesso em: 06 nov. 2025.

GRI. *Global Reporting Initiative*. **About GRI**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/about-gri/>. Acesso em: 25 out. 2025.

LOZANO, R. *Sustainable Development Goals and sustainability reporting: opportunities and challenges for organizations*. **Journal of Cleaner Production**, n. 198, p. 171-179, 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 25 out. 2025.

PBGHC *Protocol*. **Programa Brasileiro GHG Protocol**. Disponível em: <https://eaesp.fgv.br/centros/centro-estudos-sustentabilidade/projetos/programa-brasileiro-ghg-protocol>. Acesso em: 25 out. 2025.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI**. Ed. Fundap. São Paulo, 1993.

SCHALTEGGER, S.; BURRITT, R. **Contemporary environmental accounting: issues, concepts and practice**. London, Routledge, 2017.

SILVA, T. C. O meio ambiente na Constituição Federal de 1988. **Revista Atualidades Jurídicas**, n. 8, nov./dez. 2009. Disponível em: https://www.oab.org.br/editora/revista/revista_08/anexos/o_meio_ambiente_na_constituicao_federal.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.

THE GLOBAL COMPACT; ONU. **Who Cares Wins**. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/280911488968799581/pdf/113237-WP-WhoCaresWins-2004.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.



WCED. *World Commission on Environment and Development* – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (*Brundtland Commission*). **Relatório Brundtland**: Nosso Futuro Comum. Oxford, GB: Oxford University Press, 1987.

WCED. *World Commission on Environment and Development* – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Cúpula da Terra; ECO-92**; ou **RIO-92**. Rio de Janeiro, 1992.